

## ***O CONHECIMENTO NÃO CRESCE NAS ÁRVORES: OS DESAFIOS DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E O MUNDO RURAL EM PORTUGAL***

**Elisabete Figueiredo\* e Pedro Ferrão\*\***

\*Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas (SACSJP)  
Universidade de Aveiro. 3810 -193 Aveiro.  
[elisa@ua.pt](mailto:elisa@ua.pt)

\*\*Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG)  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.  
Av. Almeida Lucena, 1, 5000-660 Vila Real  
[pferrao@utad.pt](mailto:pferrao@utad.pt)

**Palavras-chave:** Mundo rural, sociedade do conhecimento, tecnologias da informação e comunicação, divisão digital, desenvolvimento rural.

### **Resumo**

*Neste trabalho, de natureza exploratória, pretendemos debater os desafios e os constrangimentos que a chamada ‘sociedade do conhecimento’ coloca às áreas rurais nacionais, bem como as suas vantagens e desvantagens em termos de desenvolvimento rural. Numa perspectiva optimista, a ‘sociedade do conhecimento’ tem sido apresentada como uma forma de evitar a exclusão social e económica. No entanto, alguns estudos têm demonstrado que, designadamente as questões mais salientes da ‘sociedade do conhecimento’ – associadas às novas tecnologias da informação e comunicação, podem contribuir para reforçar a exclusão de certas categorias e contextos sociais, entre os quais se encontram os territórios rurais mais remotos e reforçar aquilo que alguns autores têm vindo a designar como a divisão digital rural-urbano.*

## INTRODUÇÃO

A chamada *sociedade do conhecimento*, simultaneamente causa e consequência dos processos de globalização, pode ser caracterizada essencialmente pela aceleração dos processos de produção, disseminação, acesso e utilização da informação e do conhecimento. Caracteriza-se igualmente pelo elevado número de actividades produtivas que se encontram dependentes da gestão de fluxos internacionais de informação e de conhecimento, aliado a um uso intenso das tecnologias da informação e comunicação. Numa versão optimista, a *sociedade do conhecimento* tem sido apresentada como uma forma de evitar a exclusão social e económica, abrindo assim oportunidades e colocando desafios novos a diferentes actores, sectores de actividade e territórios. Mas alguns estudos demonstram que os princípios e mecanismos da *sociedade do conhecimento*, designadamente as questões associadas às tecnologias da informação e da comunicação (TIC), têm contribuído para reforçar a exclusão de certas categorias e contextos sociais.

Ainda que as TIC sejam apenas um dos aspectos da *sociedade do conhecimento*, neste trabalho abordaremos essencialmente o acesso e utilização das mesmas. Neste contexto, em Portugal, assistimos a uma penetração do uso das TIC que, em termos globais, não é muito diferente das médias europeias. Há, no entanto, assimetrias regionais importantes, quer no acesso às infraestruturas, quer sobretudo na própria utilização das tecnologias. Assim, a oferta em termos de infraestruturas encontra-se concentrada no litoral, sendo que, por exemplo, apenas 1,8% da população nas zonas rurais nacionais tem acesso próprio à Internet por ADSL (*Asymmetric Digital Subscriber Line*)<sup>1</sup>. Por outro lado, as áreas rurais portuguesas padecem de problemas antigos e persistentes, como perdas populacionais importantes, envelhecimento acentuado, elevados índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade. Estas características contribuem para que a capacidade de empreendedorismo e as respostas aos desafios que a *sociedade do conhecimento* pode colocar sejam escassas. Em associação, as áreas rurais que se tornaram periféricas no período da modernidade e da expansão dos modelos de desenvolvimento de natureza urbano-industrial, enfrentam actualmente, pelas suas características assim como pela natureza da própria *sociedade da informação*, também a ameaça de reforçarem aquela condição. Nesta lógica, podemos dizer que as áreas rurais, sobretudo as mais *remotas*, farão parte do *quarto mundo de exclusão* de que fala Castells (1996) se não forem tidas em conta algumas questões, designadamente, as associadas às distâncias geográficas, políticas e sociais; às condições socio-económicas e às necessidades locais de acesso e utilização das TIC.

Exemplos de iniciativas de outros países, no domínio da aplicação das TIC ao desenvolvimento rural, demonstram que estas (bem como outros princípios e mecanismos da *sociedade do conhecimento*) podem ter um papel importante nesse processo. No entanto, em Portugal, estas iniciativas não são abundantes. Tendo em conta todos os aspectos mencionados anteriormente, pretendemos neste trabalho debater, ainda que de forma exploratória<sup>2</sup>, os desafios e ameaças que a *sociedade do conhecimento* coloca às áreas rurais nacionais, bem como as suas potencialidades e constrangimentos para o desenvolvimento rural.

## O QUE É ESSA COISA A QUE CHAMAMOS RURAL?

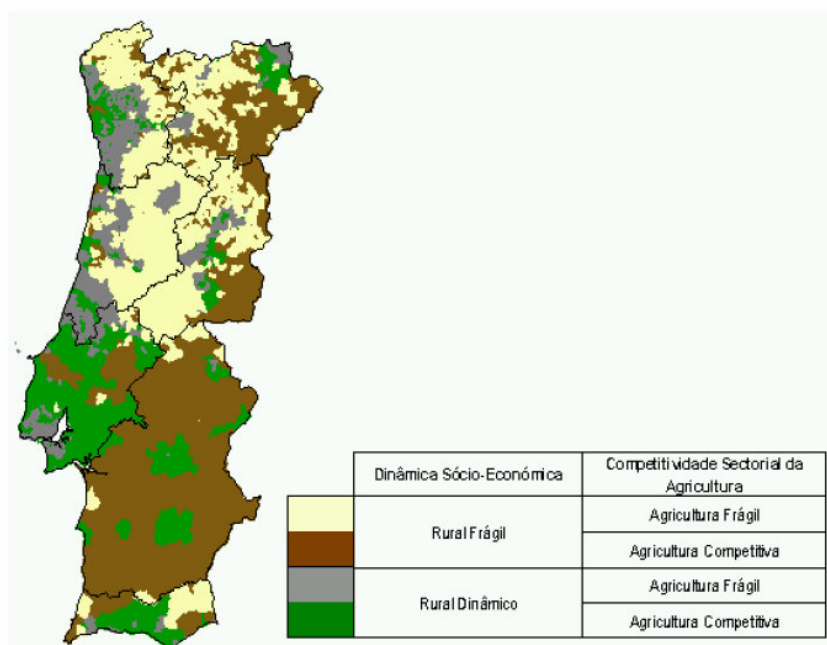
Apesar de o conceito de rural ser de difícil definição e de reconhecermos com Ray (1999) “*que falar do rural como uma categoria comum e um destino partilhado*” é cada vez mais questionável, não pretendemos recriar aqui o estafado debate acerca da diversidade de áreas rurais e da variedade de concepções e tipologias<sup>3</sup> para as caracterizar. No entanto, podemos referir que, se por um lado as áreas rurais podem ser globalmente caracterizadas como “*partes do território que foram menos afectadas pelos processos de urbanização e desenvolvimento industrial e que, por isso mesmo, são menos densamente povoadas, sofrendo diversos níveis de marginalização*” (Grimes, 2000: 13), por outro lado, sabemos que a diversidade de situações de se *ser rural* é imensa. Assim, podemos encontrar áreas *rurbanas* nas margens dos centros urbanos, com economias relativamente florescentes e dinâmicas sociais e demográficas de crescimento e, inversamente, áreas completamente afastadas dos centros económicos e de decisão, com frágeis dinâmicas populacionais e socio-económicas. Sejam de um tipo ou de outro ou situando-se em patamares intermédios desta grosseira categorização, o facto é que as áreas rurais continuam a ser definidas por oposição ao urbano (e.g. Shucksmith *et al*, 2006). Paralelamente, um discurso dominante é aquele que apresenta as sociedades rurais como símbolos de uma maior qualidade de vida, como a antítese da mudança e da modernidade. Enquanto as áreas urbanas são frequentemente definidas como reservas de criatividade, de ideias inovadoras, de entusiasmo, de diversidade e diferenciação – aspectos que aparentemente serão sinónimos de maior qualidade de vida – a verdade é que as áreas rurais continuam a ser percebidas como *idílicas*, como lugares dominados por uma maior estabilidade e segurança nas relações sociais, assim como por uma maior superioridade moral. Nas representações sociais, estes aspectos tendem a sobrepôr-se aos primeiros e a adquirir uma maior relevância nas concepções individuais e colectivas de qualidade de vida. São essencialmente as áreas rurais mais *remotas* aquelas que melhor parecem representar esta noção *idílica*, maugrado os seus constrangimentos e problemas.

Um trabalho recente de Oliveira Baptista (2006) demonstra que este rural *remoto*, de baixa densidade é hoje claramente dominante em Portugal. Efectivamente, segundo o autor, mais de 50% do território nacional pode ser assim considerado. O traço mais marcante destes territórios é a sua escassa coincidência, por assim dizer, com a actividade agrícola. Trata-se de espaços que podem ser classificados como pós-agrícolas, que continuam “*a perder gente, como vem acontecendo desde há meio século*” (Oliveira Baptista: 2006: 87), que continuam a caracterizar-se pelo envelhecimento da população, pelas menores taxas de actividade económica, pelos mais elevados níveis de analfabetismo e escolaridade reduzida. De acordo com Oliveira Baptista (*idem*, *ibidem*) “*a mancha que [este rural] ocupa estende-se por 96 concelhos do continente*”. Esta situação pode ser visualizada com maior nitidez num projecto desenvolvido igualmente por Oliveira Baptista e colaboradores (2003)<sup>4</sup>. Neste projecto, considerando o cruzamento de variáveis respeitantes à competitividade agrícola e às dinâmicas socio-económicas, os autores chegam à construção de quatro grandes categorias de *rural* em Portugal, como se pode ver na figura 1:

- “*a verde, as freguesias com elevados níveis de competitividade agrícola e de dinâmica socio-económica: rural dinâmico/agricultura competitiva;*

- a cinzento, as freguesias com elevado nível de dinâmica socio-económica: **rural dinâmico/agricultura frágil**;
- a castanho, as freguesias com elevado nível de competitividade agrícola: **rural frágil/agricultura competitiva**;
- a amarelo, as freguesias com baixos níveis de competitividade agrícola e de dinâmica sócio - económica, embora frequentemente com potencialidades no domínio das amenidades rurais e do lazer: **rural frágil/agricultura frágil**”(Oliveira Baptista *et al*, 2002: 13-14).

Da observação desta figura sobressai o domínio do *rural frágil* em termos de dinâmicas socio-económicas, ainda que, numa boa parte deste, a agricultura seja potencial ou realmente competitiva. Referindo-se a estes dados, num trabalho de 2004, Oliveira Baptista *et al* sugerem que este panorama “evidencia uma afastamento (...) entre o rural e a agricultura (...). De facto, a análise da correlação, ao nível do concelho, entre a variação percentual da população rural e a percentagem da população agrícola, está associada a uma maior erosão do rural. Ou seja, no último meio século, no Continente, quanto mais agricultura, menos rural”.



Fonte: Oliveira Baptista *et al* (2002)

Figura 1. O rural em Portugal, segundo a competitividade da Agricultura e as dinâmicas socio-económicas

O afastamento ou dissociação entre o rural e a agricultura é, sem dúvida, um dos traços mais marcantes das transformações sociais e económicas ocorridas nas áreas rurais europeias, como demonstra um projecto coordenado por Marcel Jollivet (1994, 1997) que envolveu oito países europeus. Aquele afastamento, bem como a circunstância de a agricultura e o mundo rural serem crescentemente descoincidentes, constituem variáveis poderosas para o entendimento daquilo que são os territórios rurais actualmente. Estes territórios são cada vez mais locais de consumo e não de produção,

como ficou demonstrado por Figueiredo (2003)<sup>5</sup>, espaços que, em muitos casos [vide as medidas da União Europeia para as áreas rurais, ou os recentes Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR) (2007-2013) e Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)], se destinarão essencialmente a ser *preservados* e não *dinamizados*. Tal situação coloca questões relevantes que ainda que não caibam no âmbito deste trabalho, dizem sobretudo respeito ao rural *remoto* ou de *baixa densidade*, ou seja, àquele rural que, em Portugal ocupa, como vimos mais de 50% do território e que, desde há mais de meio século, tem vindo a ser sistematicamente marginalizado pelas políticas, programas e medidas de desenvolvimento.

De qualquer modo, a evidência empírica que tem vindo a ser produzida sobre o rural em Portugal e na Europa, aponta claramente para transformações importantes e diversificadas, cujos contornos não são ainda inteiramente conhecidos. Tal evidência conduz-nos à conclusão de se torna premente olhar para o mundo rural, na sua diversidade, com um olhar diferente daquele que temos usado até aqui. Um olhar que ultrapasse as grandes tendências de declínio e se concentre nas mais pequenas manifestações de revitalização. Um olhar que nos permita perceber, antes de mais, o que pode ser feito destes e por estes vastos territórios que as políticas públicas têm ignorado, com base pressuposto de que, actualmente, “*o rural já está depois da agricultura mas ainda não é outra ‘coisa’, ou melhor, outras ‘coisas’. Estas começam a aparecer, mas não se encontra localmente quem as faça avançar*” (Oliveira Baptista, 2006: 100).

## **A DIVISÃO DIGITAL RURAL-URBANO – UMA OUTRA FORMA DE MARGINALIZAR O RURAL?**

O rural enfrenta assim uma crise de identidade, na qual a busca de novos papéis e estatutos se faz contra o risco de alheamento. Por isso, ser essas outras *coisas* não pode estar dissociado dos impactos e desafios que a chamada *sociedade do conhecimento*<sup>6</sup> pode ter e colocar às áreas rurais em geral e às nacionais em particular. Tais impactos e desafios serão diversos, conforme falemos do rural *remoto* ou do rural *integrado* e de toda a miríade de situações que podemos encontrar entre estes dois pólos.

Segundo diversos autores (e.g. Castells, 1996, 1997, 1999; Ferrão, 1999; Grimes, 2000; Howell, 2001; Labrianidis e Kalogeressis, 2006) a *sociedade do conhecimento* pode ser caracterizada essencialmente pela aceleração dos processos de produção, disseminação, acesso e utilização da informação e do conhecimento. Caracteriza-se igualmente pelo elevado número de actividades produtivas que se encontram cada vez mais dependentes da gestão de fluxos internacionais de informação e de conhecimento, aliado a um uso intenso e também crescente de tecnologias. Como referimos anteriormente, numa acepção optimista, a *sociedade do conhecimento* tem sido também apresentada como potencialmente inclusiva, abrindo uma série de oportunidades a diversos actores, sectores de actividade e territórios mais desfavorecidos. Segundo Ferrão (1999: 80), este optimismo radica numa visão “*plena de fé na tecnologia, como sendo detentora de grandes virtudes regeneradoras da sociedade*”. É, em geral, uma perspectiva que o autor apelida de “*pouco científica quanto aos aspectos da dita sociedade da informação*”, possuindo um forte carácter ideológico. Ainda segundo Ferrão, podemos encontrar facilmente “*manifestações empíricas desta visão (...) nos discursos da comunicação social, dos agentes económicos, dos operadores tecnológicos, da administração pública e dos cientistas*”. À semelhança de outros países, também em Portugal se assiste à produção e promoção de diversas iniciativas no

âmbito da *sociedade do conhecimento*, desde a criação e reforço das infra-estruturas de comunicação, sobretudo no sistema de ensino e nos espaços urbanos (e.g. a criação das *cidades-digitais*<sup>7</sup>). Estes processos aceleraram-se após a *Estratégia de Lisboa*, em 2000, com base na aspiração de tornar a União Europeia a economia mais competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento, no sentido de promover o crescimento económico sustentado e promover a coesão social, combatendo a exclusão social e as desigualdades. Estas visões optimistas e as suas diversas manifestações tendem a privilegiar o acesso e o uso das tecnologias como factores de inclusão e a negligenciar toda uma miríade de outros aspectos potencial ou realmente exclusivos de um conjunto significativo de actores, de actividades e de territórios.

Se globalmente podemos considerar que os impactos negativos e positivos da *sociedade do conhecimento* se encontram relativamente bem documentados (sendo exactamente as temáticas da inclusão e exclusão social as que têm sido mais analisadas) em termos nacionais (e sobretudo a uma escala infra-nacional, que contemple a diversidade territorial), não são abundantes os trabalhos científicos e os dados empíricos sobre esta matéria. São particularmente escassos os trabalhos que abordem, na perspectiva das ciências sociais, as questões associadas aos desafios e impactos da *sociedade do conhecimento*<sup>8</sup> em diversos contextos sociais. A nível internacional, o mais proeminente estudioso destas questões tem sido o sociólogo Manuel Castells que, num trabalho de 1999, chama a atenção para a dificuldades de adaptação de pessoas e territórios às oportunidades e desafios da *sociedade da informação*. Refere o autor mencionado que “*as redes tecnológicas adaptam-se. Cruzam áreas geográficas (e algumas pessoas) e voltam a formar-se noutras locais ou junto de outros indivíduos. Mas as pessoas, nas quais estas redes se sustentam, não se transformam de modo tão fácil. Tornam-se ameaçadas, desvalorizadas ou desperdiçadas. Isto conduz ao subdesenvolvimento social, precisamente na aurora daquela que é potencialmente a mais promissora era de realização da humanidade*” (Castells, 1999: iv). Assim, segundo o mesmo autor, é urgente reverter a espiral de exclusão tecnológica e social e utilizar a comunicação e a informação proporcionadas pela *sociedade do conhecimento* para a capacitação (*empowerment*) da humanidade. Obviamente que tal tarefa requer uma massiva transformação tecnológica por parte da maior parte das regiões e das empresas, assim como um grande investimento nos sistemas educativos e formativos e na partilha de informação e saber. Assim, ainda que potencialmente os mecanismos da *sociedade do conhecimento* possam contribuir para a solução de uma boa parte dos problemas sociais, não podemos pensar, por outro lado, que será a tecnologia *per se* o principal agente de resolução dos mesmos. Pelo contrário, a tecnologia pode criar aquilo a que também Castells (1996: 10) chama “*os buracos negros do capitalismo do conhecimento*” que têm, frequentemente, uma acentuada expressão territorial, quer à escala mundial, quer à escala dos países, opondo as regiões mais ricas e mais desenvolvidas às regiões mais pobres e desfavorecidas. Esta oposição cria uma espécie de *quarto mundo de exclusão*, para citar novamente as palavras de Castells (1996: 8), ou de um modo mais simples, uma *divisão digital*. De facto, a *sociedade da informação* possuindo mecanismos de exclusão próprios, tende igualmente a integrar e a reproduzir factores de exclusão social pré-existentes<sup>9</sup>. As áreas periféricas enfrentam, assim, agora também a ameaça do reforço dessa situação.

Apesar da escassez mencionada anteriormente no que se refere a trabalhos sobre a divisão digital rural-urbano, alguns autores (e.g. Labrianidis e Kalogeressis, 2006)

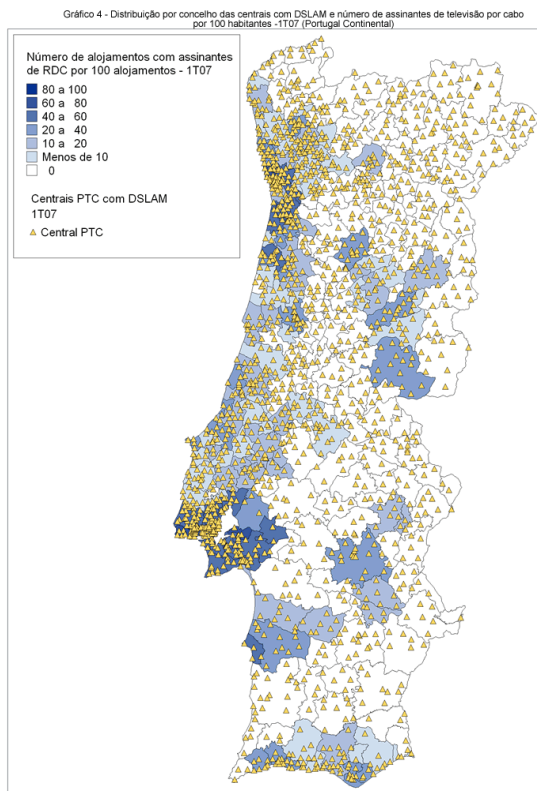
chamam a atenção para a emergência de uma divisão digital de natureza territorial, opondo o rural ao urbano em alguns países da Europa. O território nacional, à semelhança de outros, tem sido marcado por uma sucessão de dicotomias rural-urbano que podem ser sintetizadas no seguinte:

- uma primeira oposição assente nas características distintivas (sociais, culturais, económicas) dos dois espaços;
- uma segunda divisão marcada pelas assimetrias provocadas pela expansão dos modelos de desenvolvimento de natureza urbano-industrial;
- a terceira dicotomia fundamenta-se nas representações sociais e nas necessidades exteriores sobre o rural e
- finalmente, uma quarta oposição – esta que se anuncia – assente na divisão digital e nas diferenças associadas aos impactos da *sociedade do conhecimento*, designadamente no acesso e utilização das TIC.

Um traço comum a todas estas oposições rural-urbano (que ainda que possam ser cronologicamente ordenadas, coexistem e sobrepõem-se no mesmo espaço e tempo) é a marginalização ou relativa subalternização do elo mais frágil das oposições – o rural<sup>10</sup>. Outro aspecto comum radica na *exterioridade* de todos estes processos face às áreas rurais, mesmo nos casos em que se pretendem (como é o caso da *sociedade do conhecimento*) inclusivos. Esta exterioridade, para além de poder reforçar a marginalização de alguns contextos rurais, pode conduzir a uma subalternização multiforme, contribuindo para uma maior desafecção dos territórios rurais do tecido socio-económico envolvente.

Em Portugal existem assimetrias regionais significativas no acesso às tecnologias da comunicação e da informação, concentrando-se a oferta da *banda larga* (ou pelo menos o seu melhor funcionamento) no litoral. Dados da ANACOM (2007) mostram que a penetração da *banda larga* é de cerca de 21,2% nas regiões do litoral do país e de apenas 8,5% nas regiões do interior. Igualmente, como podemos observar na figura 2, a concentração de centrais de distribuição de *banda larga* é substancialmente superior nas regiões do litoral, com particular destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Segundo a ANACOM (2007), “a disponibilidade das ofertas de *banda larga* depende da existência de centrais da rede telefónica pública comutada nas quais estejam instalados DSLAM (‘digital subscriber line access multiplexer’) ou da existência de redes de distribuição de TV por cabo preparadas para disponibilizarem *banda larga*. [...] No final do primeiro trimestre de 2007 existiam, em Portugal Continental, 1853 centrais equipadas com DSLAM, o que corresponde à totalidade da cobertura das áreas possíveis para o fornecimento de ADSL”, como podemos verificar também na figura 2. No entanto, esta cobertura não significa igualdade em termos de acesso, nem mesmo garante o próprio acesso. Com efeito, existem actualmente limitações técnicas que inviabilizam o acesso (ou reduzem consideravelmente a velocidade de ligação) quando a distância à central telefónica equipada com DSLAM é da ordem de 5 km ou mais<sup>11</sup>. O mesmo tipo de problemas se colocam ao uso da TV por cabo. Tendo em conta, dados do Eurobarómetro 274 (EC, 2007), verificamos que em 2007 26% dos agregados domésticos possuíam ligação à Internet, o que representa um crescimento de 8% por referência aos dados de 2006. Mesmo assim, no contexto da União Europeia (UE) a 27, Portugal situa-se ainda num modesto 21º lugar<sup>12</sup>. A mesma sondagem indica-nos que em termos de ligação por *banda larga* à Internet, Portugal, em termos totais, situa-se no último lugar da UE15 e em 17º se considerarmos a UE27.

Segundo a mesma fonte, a existência de acesso à Internet por *banda larga* diminui substancialmente no caso de se tratar de agregados domésticos situados em áreas rurais e/ou pequenas áreas urbanas, por comparação com os que se situam em áreas metropolitanas<sup>13</sup>. Se considerarmos apenas estes últimos, observamos que Portugal se encontra muito próximo das médias europeias, quer na UE15, quer na UE27 (figura 3).



Fonte: ANACOM (2007)

Figura 2. Centrais de distribuição de *banda larga* e de TVcabo e número de assinantes de TV por cabo, por 100 habitantes, no Continente (2007)

A situação mencionada relaciona-se directa, ainda que não exclusivamente, com a existência de computador nos agregados domésticos (figura 3).

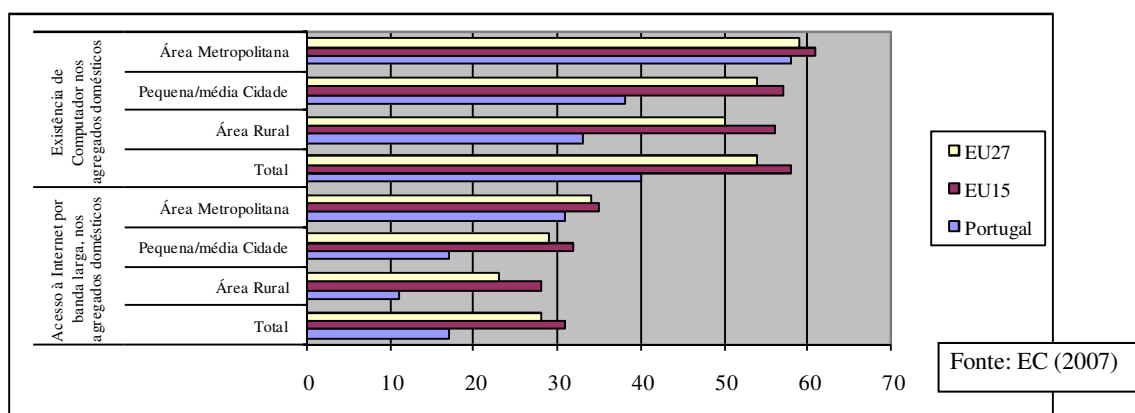


Figura 3. Percentagem de agregados domésticos com acesso à Internet por *banda larga* e com computador, em Portugal e na UE15 e UE27 (2007) (%)



Assim, embora em termos totais e no que diz respeito às áreas rurais e às pequenas e médias cidades, Portugal se situe bastante abaixo das médias europeias, se considerarmos apenas as áreas metropolitanas, observamos que a percentagem de agregados domésticos com computador é, no nosso país, muito semelhante à média dos países europeus. Estas diferenças rural-urbano, quer para o país, quer (ainda que de forma muito menos acentuada) para os restantes países da União Europeia, são coincidentes com os dados de Shucksmith *et al* (2006), reforçando assim alguns aspectos relevantes para este trabalho:

1. em primeiro lugar o (ainda) relativamente baixo nível de acesso à Internet e igualmente a (ainda) relativamente baixa penetração da *banda larga* em Portugal;
2. em segundo lugar a constatação de que essa penetração decresce com a diminuição da densidade populacional e
3. finalmente, o facto de que persistem diferenças importantes, quer em termos europeus, quer sobretudo em termos nacionais, no acesso à Internet por *banda larga* e na posse de computador entre as áreas rurais e as áreas mais urbanizadas.

Apesar disto, podemos considerar que se verifica uma evolução positiva, do acesso da população portuguesa, globalmente considerada, às TIC, visível quer através do aumento do número de computadores pessoais quer através do aumento do acesso à Internet. Dados do EUROSTAT de 2006 confirmam estas evoluções positivas, sendo que o número de lares em Portugal com acesso à Internet aumentou entre 2002 e 2006 cerca de 20%, tendo crescido o acesso por *banda larga* entre 2003 e 2006 aproximadamente 16%. Muito embora estes dados não nos permitam oferecer uma perspectiva territorialmente diversificada, com base na evidência empírica anteriormente exposta é possível concluir que existem assimetrias muito fortes nestas evoluções, entre as áreas rurais e urbanas e entre categorias distintas da população portuguesa, segundo a idade, o sexo, o nível de escolaridade e o grupo sócio-profissional. A este respeito, segundo a sondagem da *EQLS* (Shucksmith *et al*, 2006) os agricultores são um dos grupos socio-profissionais onde se verifica menor posse e uso do computador. Se esta situação é verdadeira para a maior parte dos países europeus, devemos salientar a sua grande observância em Portugal, em que a percentagem de agricultores inquiridos que não utiliza a Internet é de 96%<sup>14</sup>. Tal percentagem é apenas suplantada pelos agricultores de Malta, da Turquia e da Estónia (100%). Inversamente, os estudantes são a categoria onde o uso da Internet é mais significativo, em todos os países da Europa. Concomitantemente, são os mais jovens (até aos 24 anos) aqueles que mais usam este instrumento de informação e de comunicação. Em todos os Estados Membros da UE há igualmente uma correlação positiva entre o acesso e o uso da Internet e um mais elevado nível de escolaridade. Essa correlação é particularmente evidente em Portugal, segundo o EUROSTAT (2005). Para além dos dados que mencionámos anteriormente, as assimetrias territoriais no acesso e uso das TIC surgem também expressas no PENDR (2007: 50), através da afirmação de que “*nas zonas rurais, apenas 1,8% da população tem acesso próprio à Internet por ligação ADSL*”, sem que seja possível conhecer a fonte destes dados.

Do que tem vindo a ser argumentado até aqui, podemos concluir que o nível de utilização das TIC se associa fortemente ao nível de desenvolvimento social e económico das regiões, particularmente relacionado com a sua densidade populacional e

as características sociográficas da população. Os dados apresentados, se bem que discutíveis do ponto de vista da sua construção, permitem detectar a existência de divisões digitais relevantes assentes em alguns aspectos face aos quais as áreas rurais se encontram (na sua maioria) claramente numa posição desfavorável, a saber: a dependência da penetração da *banda larga* das densidades populacionais de uma região; os níveis de escolaridade; a faixa etária e a categoria sócio-profissional. Dadas as vantagens e potencialidades atribuídas à difusão dos princípios e instrumentos da *sociedade do conhecimento*, designadamente às tecnologias da informação e comunicação que temos vindo a referir, a evidência empírica chama a atenção para “*o potencial perigo de as populações rurais estarem a ser ‘deixadas para trás’ no conhecimento e utilização [daquelas mesmas] tecnologias*” (Shucksmith *et al*, 2006: 32). Neste sentido, podemos afirmar que as áreas rurais, sobretudo aquelas que caracterizámos como mais *remotas*, poderão constituir parte importante do *quarto mundo de exclusão* que referimos antes, se não forem tidas em consideração algumas questões relevantes, a que aludiremos na secção seguinte.

### **ENTRE AS POTENCIALIDADES E AS REALIDADES – A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, AS TIC E O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Podemos dizer que, neste momento, por um lado pelas características e princípios da *sociedade do conhecimento* e por outro pelos traços dominantes das áreas rurais nacionais, as ameaças que a primeira pode comportar para as segundas são ainda maiores do que as potencialidades ou desafios, sendo evidente, no entanto, que umas e outros necessitam de ser conhecidas e analisadas com maior detalhe. A sobreposição das ameaças face às oportunidades pode transformar-se numa realidade se, como se referiu anteriormente, forem tidas em atenção algumas questões importantes.

Em primeiro lugar, há a considerar a questão geográfica e os aspectos associados ao afastamento e isolamento dos territórios, das pessoas, das dinâmicas locais face aos centros de crescimento económico, de conhecimento e de decisão. Se inicialmente se previa que as TIC teriam um impacto muito positivo nesta matéria - alguns autores falando mesmo na *morte das distâncias* - actualmente considera-se que as novas tecnologias têm sobretudo contribuído para o agravamento das situações de afastamento e isolamento. Isto acontece porque as TIC facilitam e reforçam, de um modo bastante mais eficiente e rápido, a distância e a exclusão social e económica das categorias sociais e dos territórios já excluídos. Não é já exactamente e apenas a questão do acesso às tecnologias e da disponibilidade de infra-estruturas que aqui se coloca, mas essencialmente a questão da desvalorização, do *desligar (switch off)* de territórios e grupos sociais que não possuem, pelas suas características, a capacidade de se *ligar*, de se integrar nos processos e mecanismos da *sociedade da informação*. Isto conduz-nos à segunda questão – a questão socio-económica.

Caracterizámos inicialmente as áreas rurais nacionais como palco de frágeis dinâmicas económicas e sociais, mercê (entre outros aspectos) da escassa e envelhecida população e dos baixos níveis de literacia (por si mesmos factores de exclusão). Aliemos a estas características uma outra, que delas directamente decorre – a quase ausência de capacidade de empreendedorismo – e teremos um quadro de aplicação dos princípios da *sociedade do conhecimento* que se subverte a si próprio. Desde logo porque, para que esta apresente oportunidades e desafios é necessário existir *sociedade* e *conhecimento*, duas dimensões escassas no mundo rural mais periférico e duas

variáveis a que a divisão digital se encontra directamente associada. Não podemos negar que existe *conhecimento* nas áreas rurais, mas trata-se de um conhecimento de características muito diversas daquele que é valorizado por estes novos processos. Depois porque, embora, como referimos antes, a existência de infra-estruturas e de equipamentos de acesso não determinem *per se* a utilização das TIC, o facto é que se não existirem o inviabilizam completamente. Mais ainda, o acesso às oportunidades da *sociedade do conhecimento*, pressupõe uma capacidade de inovação e de valorização dos recursos próprios (e.g. Ferrão, 1999) que tende também a ser escassa nas áreas rurais e que, em conjunto com os aspectos mencionados até aqui, parece formar uma espécie de *ciclo vicioso* de que será difícil, a alguns territórios, escapar.

A acrescentar às duas questões anteriores, temos de considerar ainda uma terceira a que já fizemos breve alusão – a questão da exterioridade dos processos de inovação e de TIC face ao rural, ou seja, a sua escassa ou inexistente articulação com as necessidades locais. Como refere Ferrão (1999: 82) “*a inovação pressupõe, entre outras coisas, o acesso privilegiado a informação relacionada com a actividade em causa, pelo que é necessário conhecer as razões que determinam esse acesso*” ou que o tornam útil e eficaz. A tecnologia isolada dos contextos sociais e económicos é relativamente neutra, tornando-se por isso importante considerar as necessidades locais ou localmente suscitadas no que se refere ao uso das TIC (e.g. Figueiredo, 2007). Tal como outras dimensões dos processos de desenvolvimento, também neste domínio as iniciativas devem ser criadas a partir do conhecimento e avaliação dos territórios e não conduzidas a partir *de fora*, quer se trate de vontades e decisões políticas, quer se trate de orientações e necessidades sociais, económicas e tecnológicas.

Ainda que escassas (para não dizer inexistentes) as análises sobre a articulação entre as TIC e o desenvolvimento de áreas rurais, permitem constatar que há um papel e um contributo a ser desempenhado por aquelas em favor do mundo rural. Esses papel e contributo podem consubstanciar-se no seguinte:

- redução das assimetrias e disparidades em termos de actividades económicas e do emprego;
- redução das *distâncias, isolamentos e afastamentos* face aos centros de crescimento económico, de conhecimento e de decisão;
- assegurar o fornecimento de serviços diversos, desde os que se associam a necessidades globais da população rural até aos que se relacionam com sectores de actividade específicos (agricultura, artesanato, turismo em espaço rural, etc.);
- constituir um factor de atracção e de fixação de pessoas e actividades económicas e culturais.

Algumas experiências internacionais (e.g. Arnodin-Chenot *et al*, 1999; Oksa, 2001) demonstram que as TIC podem contribuir efectivamente para o desenvolvimento rural, quer através do reforço de actividades e serviços existentes, quer através do originar de outros. No primeiro caso encontramos a utilização das TIC para facilitar a circulação de informação relativa a actividades tradicionais no mundo rural (e.g. agricultura, pesca, silvicultura, actividades extractivas) e a actividades de implantação mais recente, mas já com alguma expressão (e.g. turismo, comercialização de artesanato e produtos locais), como por exemplo o acesso a canais de meteorologia, bancos de dados, preços de mercado, formas de gestão e comercialização de produtos, serviços de consultadoria e serviços diversos a clientes. Se algumas destas ferramentas são já utilizadas numa boa

parte dos países Europeus e da América do Norte, em Portugal são ainda incipientes as iniciativas nesta área, com excepção dos serviços relacionados com a actividade turística, onde é abundante o recurso às TIC pelos operadores das unidades de turismo em espaço rural, quer individualmente, quer de modo agregado<sup>15</sup>.

No que se refere às TIC como potenciadoras de novas iniciativas e actividades nas áreas rurais, encontramos em Arnodin-Chenot *et al* (1999) alguns exemplos provenientes de países e regiões da Europa, como a Irlanda e a Escócia, associados essencialmente ao tele-trabalho em actividades não tradicionais ao rural e à criação de empresas de pequena e média dimensão cuja localização rural poderá constituir uma mais-valia. Em Portugal, é possível encontrar alguns (ainda que escassos) exemplos deste tipo de utilização das TIC a partir de projectos específicos de intervenção local no quadro das ajudas comunitárias ao desenvolvimento<sup>16</sup> ou de projectos mais latos de informação regional e que são, frequentemente, de iniciativa institucional<sup>17</sup>. Paralelamente existe uma miríade de *sites* de promoção local mas muito associados às autarquias. Nuns casos, como em outros, não podemos dizer que se tratem de iniciativas com forte ancoragem ao rural, a uma pequena escala. Podemos referir que estas iniciativas se caracterizam por um elevado grau de atomização, revelando muito fraca integração e articulação. Mais ainda, os projectos que as suportam são geralmente pouco consequentes, resultando numa *mortalidade* ou numa estagnação muito elevada, caracterizando-se igualmente pela curta duração da sua permanência em actividade<sup>18</sup>. Por outro lado, algumas das iniciativas enfrentam condições adversas que impõe, a sua falência<sup>19</sup>.

Os trabalhos de Arnodin-Chenot *et al* (1999) e de Oksa (2001) demonstram ainda que um domínio de contribuição positiva das TIC para o desenvolvimento rural se associa ao fornecimento e à melhoria dos chamados serviços de proximidade, designadamente nas áreas da segurança social, da saúde, da consultadoria, da educação e formação, da transmissão de informação dos agentes políticos às populações locais, da aquisição de produtos diversos, da utilização de serviços bancários, da informação e comunicação com as entidades de protecção civil, entre outros. Há em Portugal algumas iniciativas nestes domínios<sup>20</sup> que, embora na maioria dos casos não sendo exactamente vocacionadas para as áreas rurais, podem ter aí bastante impacto e contribuir para colmatar as deficiências em termos de acesso a este tipo de serviços por parte das populações locais, assim como contribuir para minimizar os impactos negativos do encerramento de alguns equipamentos de carácter social, ao longo das últimas décadas.

Maugrado estas potencialidades que a *sociedade do conhecimento* abre ao desenvolvimento de algumas actividades e categorias sociais rurais, o facto é que a estratégia nacional para o desenvolvimento rural (o já citado PENDR, de 2007) não lhes faz senão uma referência muito marginal. Apesar da ênfase colocada na vertente de consumo de um serviço com impacto na qualidade de vida e de modestos objectivos de promoção da melhoria do acesso à Internet nas regiões rurais, o PENDR refere-se em termos muito genéricos e abstractos à contribuição da *sociedade do conhecimento* e das TIC para o desenvolvimento rural. Assim, é referido no plano que “*dando resposta à Estratégia de Lisboa, em termos nacionais, foi criado o PNACE (Plano Nacional para o Crescimento do Emprego) que promove a sociedade do conhecimento. Esta prioridade nacional é assumida como um elemento central no âmbito da futura política de desenvolvimento rural, ao se considerarem as prioridades referentes à inovação e transferência do conhecimento, à qualificação e capacitação dos activos do sector*

*agro-alimentar e florestal, ao desenvolvimento de competências nas zonas rurais e a promoção da disponibilização e troca de informação e boas práticas entre agentes de desenvolvimento rural”* (PENDR, 2007: 79). Nesta equação, todavia, não parece estar contida a questão do acesso à *banda larga*. Mais especificamente, o Plano (20007: 84) refere que “*também no âmbito do desenvolvimento rural é reconhecido na Estratégia Nacional o impacte que as TIC poderão ter na prossecução de objectivos como proteger valores ambientais e paisagísticos em zonas Natura 2000 e outras, pela difusão de informação que proporcionam junto do público, ou na prossecução de objectivos de diversificação da economia rural e de melhoria da qualidade de vida nos meios rurais, pela facilidade de comunicação que permitem, vencendo as distâncias nesses meios. Neste âmbito, a criação de uma rede de difusão da informação no mundo rural (Rede Rural Nacional) dará o seu contributo”*.

A ênfase na difusão de informação não parece apontar exactamente uma estratégia que privilegie o acesso e a capacitação dos actores e agentes rurais, no domínio específico da sociedade do conhecimento, quedando-se sobretudo numa formulação demasiado genérica de qualificação. Efectivamente, a referida *Rede Rural Nacional* (de difusão da informação no<sup>21</sup> mundo rural) revela essencialmente aquilo que podemos designar como uma preocupação extensionista centralizadora. Uma preocupação na qual a realidade pré-existente, quer em termos daquilo que os actores (sobretudo os não institucionais) já fazem, ou poderiam de facto fazer, em matéria de circulação de informação e as condições concretas (e desiguais) em que o fazem, não merece particular atenção. Isto é visível na proposta de uma “*configuração ampla* [para a *Rede Rural Nacional*]” (PENDR, 2007: 86) que parece privilegiar o sentido de circulação para o interior do mundo rural, a partir sobretudo da administração pública, esquecendo a circulação no interior e para o exterior do mundo rural a partir deste. Tal situação poderá reforçar a dimensão de exterioridade a que aludimos anteriormente e, assim, contribuir para o isolamento e a exclusão destes processos de uma boa parte dos actores locais.

## CONCLUSÃO

A pequena incursão na análise daquela que é a estratégia nacional para o desenvolvimento rural nos próximos anos, vem confirmar alguns dos argumentos que foram sendo apresentados ao longo deste trabalho. Particularmente são confirmadas duas teses essenciais: em primeiro lugar, o risco de que as dificuldades de acesso e as características actuais das populações rurais nacionais venham a bloquear a participação dos actores rurais na *sociedade do conhecimento* (incluindo o seu relacionamento com a administração pública), *desligando* uma boa parte do mundo rural em Portugal das oportunidades da mesma. Em segundo lugar, e em associação, o risco de uma concepção tecno-consumista que contribua para minorizar (ou melhor: que reforce a minorização já observada) o papel e a participação dos actores rurais nos processos da *sociedade do conhecimento* e consequentemente menospreze a necessidade de criação, a partir do conhecimento dos territórios, de condições e capacidades especificamente adaptadas ao mundo rural, empurrando este para o *buraco negro* de uma nova subalternização e exclusão.

Ao longo das secções anteriores fomos referindo a escassez de conhecimento empírico em Portugal sobre o uso das TIC e, de um modo mais genérico, sobre as manifestações e impactos da *sociedade do conhecimento* no contexto do mundo rural.

Neste sentido, apontamos algumas linhas para uma agenda de investigação que possam motivar o surgimento de análises que contribuam para motivar os decisores políticos responsáveis pelo desenho e implementação de políticas e medidas nesta matéria.

Uma das mais importantes marcas da divisão digital rural-urbano, em Portugal, continua, maugrado as evoluções positivas observadas nos últimos anos, a radicar na diversidade de acesso (e de qualidade desse acesso) à Internet por *banda larga*. Se os custos da extensão e da melhoria do serviço de *banda larga* às regiões do interior e de baixa densidade representam, obviamente, um obstáculo, importa conhecer que expectativas tecnológicas e económicas podem desenvolver-se relativamente a essa dificuldade e que limitações se colocam do lado da procura de um acesso de maior qualidade.

Outra variável da exclusão digital prende-se com os geralmente baixos níveis escolaridade das populações rurais. Neste sentido, a análise da experiência no âmbito da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) e de iniciativas associadas (e.g. UARTE (1999-2003) podem constituir um ponto de partida para a reflexão do impacto destes mecanismos e redes no desenvolvimento rural. Igualmente, tendo sobretudo em conta a escassez de capacidade de empreendedorismo que caracteriza o mundo rural português, mercê de um conjunto de aspectos socio-económicos e demográficos que tão bem conhecemos, as iniciativas e projectos (vivos ou já defuntos) no âmbito das TIC (como a já referida RuralNet, entretanto extinta; ou o também mencionado Agroportal<sup>22</sup>, de iniciativa privada e ainda projectos de natureza e âmbito autárquico como o SCETAD<sup>23</sup> em Trás-os-Montes) constituem matéria de reflexão e análise.

Uma das áreas apontadas anteriormente como de grande penetração das TIC, na perspectiva da captação e apoio a clientes é o turismo em espaço rural. No entanto, mesmo neste domínio seria relevante analisar o modo como os diferentes operadores se articulam entre si e sobretudo a forma como integram (e se a integram) informação de contextualização das áreas onde se encontram integrados, designadamente em termos de comércio de produtos locais, de informação no âmbito das regiões de turismo, autarquias, entidades associativas, rotas temáticas, entre outras.

Como se referiu, a tecnologia *per se* é relativamente neutra. Para a tornar útil e eficaz é necessário a adaptação da mesma às necessidades das populações, das suas actividades e territórios. Neste sentido e por tudo o que argumentámos antes, a produção de conhecimento e evidência empírica sobre as reais necessidades e saberes locais que possam ser respondidos e potenciados através da utilização das TIC afigura-se-nos igualmente como uma tarefa relevante. Tal conhecimento é fundamental para a operacionalização e concretização de apoios ao mundo rural e para a implementação de uma *Rede Rural Nacional* (PENDR) com impactos reais no interior desse mesmo mundo.

Finalmente, consideramos ainda pertinente a investigação sobre as manifestações da chamada Web 2.0<sup>24</sup> e as suas implicações para a *sociedade do conhecimento* no contexto do mundo rural. A maior interacção entre os indivíduos proporcionada pelas novas funcionalidades das ferramentas de Web 2.0 faz apelo a também novas formas de sociabilidade e ao surgimento de novos *territórios* e *contextos* de inclusão. Podem destacar-se em particular a possibilidade de criação de redes de aprendizagem colaborativa<sup>25</sup>, de canais de comunicação mais rápidos e eficazes ou de mera circulação de informação<sup>26</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANACOM. *Disponibilidade Geográfica da Banda Larga em Portugal*, (documento online em <http://www.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=176882>, atualizado em 25.6.2007, confirmado em 2007-09-22)
- Antunes, M.J.L. (2007). *Implicações dos Serviços de Comunicação Internet nas Redes de Relações: a Relevância dos Lugares*. Tese de Doutoramento. Aveiro. Universidade de Aveiro.
- Arnodin-Chenot, L. et al (1999). *As Tecnologias da Informação ao Serviço do Desenvolvimento Rural*, Observatório Europeu LEADER.
- Castells, M. (1996). An Introduction to the Information Age. In *City*, 2 (7): 6-16.
- Castells, M. (1997). *The Rise of the Network Society. The Information Age. Economy, Society and Culture*, Oxford. Blackwell Publishers.
- Castells, M. (1999). *Information Technology, Globalization and Social Development*. United Nations. UNRISD. Discussion paper 14.
- European Commission. (2007). *E-Communications Household Survey*. Special Eurobarometer 274. (documento online em [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/eb07\\_finalreport\\_v3.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/eb07_finalreport_v3.pdf), confirmado em 2007-09-20)
- EUROSTAT. (2005). The Digital Divide in Europe. In *Eurostat News Release*. 143. Novembro. (documento online em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/pls/portal/docs/PAGE/PGP\\_PRD\\_CAT\\_PREREL/PGE\\_CAT\\_PREREL\\_YEAR\\_2005/PGE\\_CAT\\_PREREL\\_YEAR\\_2005\\_MONTH\\_11/4-10112005-EN-AP.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/pls/portal/docs/PAGE/PGP_PRD_CAT_PREREL/PGE_CAT_PREREL_YEAR_2005/PGE_CAT_PREREL_YEAR_2005_MONTH_11/4-10112005-EN-AP.PDF), confirmado em 2007-09-06)
- EUROSTAT. (2006) *Survey on Information and Communication Technologies* (documento online em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?\\_pageid=1996,39140985&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,39140985&_dad=portal&_schema=PORTAL), confirmado em 2007-09-06)
- Ferrão, P. (1999). Informação e Desenvolvimento Rural. In Cavaco, C. (coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa. CEG: 79-85.
- Figueiredo, E. (2003). *Um Rural para Viver, Outro para Visitar – o Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*. Tese de Doutoramento. Aveiro. Universidade de Aveiro.
- Figueiredo, E. (2007). Os Desafios da Sociedade do Conhecimento e a Divisão Digital uma outra forma de marginalizar o rural. Comunicação oral apresentada no *Seminário do Centro de Governação e Políticas Públicas – Os Desafios da Sociedade do Conhecimento*. Aveiro. SACSJP. Universidade de Aveiro. 26 de Junho.
- Grimes, S. (2000). Rural Areas in the Information Society: Diminishing Distance or Increasing Learning Capacity? In *Journal of Rural Studies*, 16: 13-21.
- Howell, B. (2001). The Rural-Urban Digital Divide in New Zealand: Fact or Fable? In *Prometheus*, 19 (3): 231-251.
- Jollivet, M. (1994). (Coord.). *Bilan des Recherches en Sciences Sociales sur les Problemes d'Environnement en Milieu Rural dans les Pays Européens*. Paris. CNRS (LDSRE).
- Jollivet, M. (1997). (Dir.). *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*. Paris. L'Harmattan.
- Labriandis, L. e Kalogeressis, T. (2006). The Digital Divide un Europe's Rural Enterprises. In *European Planning Studies*, 14 (1): 23-39.

- MADRP. Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 (disponível online em [http://www.gpp.pt/drural2007-2013/doc/PEN\\_8.2.07.pdf](http://www.gpp.pt/drural2007-2013/doc/PEN_8.2.07.pdf), confirmado em 2007-09-22)
- MADRP. Programa de Desenvolvimento Rural Continente (PDRc) 2007-2013, Março 2007 (disponível online em <http://www.gpp.pt/drural2007-2013/pdr.html>, confirmado em 2007-09-22)
- Oliveira Baptista, F. (2006). O Rural depois da Agricultura. In Fonseca, M. L. (coord.) *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa. CEG: 85-100.
- Oliveira Baptista, F. et al. (2004). Rural e Agricultura. Comunicação apresentada ao II Congresso de Estudos Rurais – *Espaços Rurais Periféricos*, Angra do Heroísmo. Universidade dos Açores.
- Oliveira Baptista, F. et al. (2003). *Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas*. Lisboa, MADRP /GPPAA.
- Oksa, J. (2001). How to be Rural in the Information Age? Comunicação apresentada ao XIX Congress of the European Society for Rural Sociology – *Society, Nature, Technology – The Contribution of Rural Sociology*. Dijon. França.
- Ray, C. (1999). Towards a Meta-framework of Endogenous Development: Repertoires, Paths, Democracy and Rights. In *Sociologia Ruralis*. **39**: 521-537.
- Shucksmith, M. et al. (2006). *First European Quality of Life Survey: Urban-rural Differences*. European Foundation for the Improving of Living and Working Conditions. Luxembourg. Office for Official Publications of the European Communities.
- Shucksmith, M. et al. (2007). Quality of Life Differences across Rural and Urban Europe, comunicação apresentada ao XXII Congress of the European Society for Rural Sociology – *New Questions and Challenges for Rural Europe: Mobilities, Vulnerabilities, Sustainability*. Wageningen. Holanda.
- Wills, S. e Tranter, B. (2006). Beyond the Digital Divide. In *Journal of Sociology*. **42** (1): 43-59.

## NOTAS

<sup>1</sup> Percentagem avançada no Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (2007).

<sup>2</sup> A evidência empírica sobre a divisão rural-urbano no que se refere à *sociedade do conhecimento* e, concretamente ao uso de tecnologias da informação e comunicação é, em Portugal, bastante limitada. Neste trabalho são utilizados dados genéricos sobre o acesso e uso da Internet, provenientes da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), EUROSTAT e da Sondagem do Eurobarómetro Especial 274 – *E-communications Household Survey*, cujo relatório final está disponível em: [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/eb07\\_finalreport\\_v3.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/eb07_finalreport_v3.pdf). Dados mais específicos sobre as diferenças rural-urbano em Portugal foram gentilmente cedidos pela European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, tendo sido produzidos no âmbito da *First European Quality of Life Survey (EQLS)*, publicada em 2006. A metodologia seguida na *EQLS* pode ser consultada em: <http://www.eurofound.europa.eu/docs/areas/qualityoflife/eqls2methreview.pdf>

<sup>3</sup> Para uma síntese das diferentes formas de conceber o rural, assim como para uma apresentação relativamente detalhada das diversas tipologias que permitem uma classificação das áreas rurais ver Figueiredo (2003) e Shucksmith et al (2006).

<sup>4</sup> Referimo-nos ao projecto *Portugal Rural – Territórios e Dinâmicas*.

<sup>5</sup> Existem diversos trabalhos sobre a constituição do rural como objecto de consumo, em diversas vertentes e em diversos contextos das sociedades ocidentais. Um debate relativamente detalhado desta questão, ainda que com especial ênfase na vertente ambiental, pode ser encontrado em Figueiredo (2003).



Também em Shucksmith *et al* (2006) podem ser encontradas referências mais actualizadas sobre esta questão.

<sup>6</sup> Ou *sociedade da informação* ou ainda *economia do conhecimento* (e.g. Castells, 1996, 1997 e 1999).

<sup>7</sup> Ver <http://www.cidadesdigitais.pt>

<sup>8</sup> A maior parte dos trabalhos sobre estas questões debruça-se essencialmente sobre o acesso e utilização às/das tecnologias da informação e da comunicação. Efectivamente, sobre estes últimos aspectos, a disponibilidade de dados empíricos, ainda que incipiente, tem sido evoluído de forma positiva, ao longo dos últimos anos. Ver, por exemplo, o trabalho de Antunes (2007) sobre o uso da Internet e a relevância dos lugares.

<sup>9</sup> Esta é, aliás, uma das características dos processos de exclusão social. São processos em espiral que acumulam, por assim, dizer, diversos factores de exclusão.

<sup>10</sup> Ainda que, como é o caso da terceira dicotomia que identificámos, aparentemente o rural seja ou possa ser considerado o pólo mais positivo da oposição (e.g. pela sua maior (real ou idealizada) qualidade ambiental, pela sua função de guardião das *memórias e heranças do passado*), o facto é que pela *exterioridade* dos processos de valorização social e institucional que sobre ele recaem e pelas suas características dominantes, ele se transforma em elo mais frágil. Figueiredo (2003) demonstra este percurso de fragilização, tendo em conta a nova centralidade das áreas rurais, pela via do ambiente. Paradoxalmente é exactamente essa centralidade que contribui para uma nova marginalização e subordinação das áreas rurais.

<sup>11</sup> A este respeito, ver, por exemplo,

[http://www.broadbandweek.com/news/010416/010416\\_news\\_range.htm](http://www.broadbandweek.com/news/010416/010416_news_range.htm)).

<sup>12</sup> Atrás de Portugal encontram-se apenas, por esta ordem: o Chipre, a Hungria, a Grécia, a Eslováquia, a Bulgária e a Roménia. De salientar igualmente que na Holanda (o país que ocupa o primeiro lugar) 80% dos agregados domésticos possuem ligação à Internet.

<sup>13</sup> Note-se que a classificação utilizada no Eurobarómetro 274 de *área rural, pequena cidade e área metropolitana*, tem um carácter subjectivo, já que foi pedido aos inquiridos que caracterizassem a sua área de residência, utilizando aquelas categorias.

<sup>14</sup> Na Itália, Grécia e Turquia as percentagens são muito semelhantes. Mas na Suécia apenas 38% dos agricultores não utiliza a Internet. Nesta matéria existem divisões acentuadas entre a Europa do Norte e a Europa do Sul correspondentes às características da agricultura na maior parte das regiões que as compõem.

<sup>15</sup> Ver, por exemplo o site da Central Nacional do Turismo em Espaço Rural em <http://www.center.pt>.

<sup>16</sup> Ver por exemplo o site das Aldeias Vinhateiras do Douro em <http://www.aldeiasvinhateiras.pt>.

<sup>17</sup> Alguns exemplos podem ser vistos em: <http://www.azoresdigital.pt>; <http://www.espigueiro.pt> ou <http://www.algarvedigital.pt>.

<sup>18</sup> Podemos apontar como exemplo o projecto Geira (ver <http://www.geira.pt/index2.asp?modo=htm>) que tendo consumido recursos muito elevados, com financiamento pelo Interref II, foi praticamente abandonado após concluído.

<sup>19</sup> Como exemplo podemos apontar o projecto Ruralnet, criado para a divulgação e comercialização de produtos locais e financiado pelo FEDER/ADAPT (ver [http://www.vgportal.ipb.pt/vgportal/media/vgdocs/artigos/ji\\_ruralnet.pdf](http://www.vgportal.ipb.pt/vgportal/media/vgdocs/artigos/ji_ruralnet.pdf), verificado em 2007-10-18)

<sup>20</sup> Por exemplo o Serviço Cooperativo de Extensão de Trás-Os-Montes e Alto Douro – SCETAD, que pode ser visto em: [http://www.espigueiro.pt/servico\\_cooperativo/index.html](http://www.espigueiro.pt/servico_cooperativo/index.html)

<sup>21</sup> Sublinhado nosso.

<sup>22</sup> Ver <http://www.agroportal.pt/>

<sup>23</sup> Ver [http://www.espigueiro.pt/servico\\_cooperativo/index.html](http://www.espigueiro.pt/servico_cooperativo/index.html))

<sup>24</sup> A designação Web 2.0, criada por Tim O'Reilly em 2004 remete para o conceito de "*web social na qual é valorizada a participação dos sujeitos e o seu potencial de colaboração em rede, tirando assim partido daquilo que Lévy (1997) designou por inteligência colectiva*" (Antunes, 2007: 268). No âmbito da Web 2.0 têm ganho crescente visibilidade os *Blogs, Wikis, MySpace, Hi5, Flickr, YouTube* e *Second Life*.

<sup>25</sup> Sobre comunidades colaborativas de prática ver, por exemplo, ColaboraCom, em

<http://colaboracomwiki.wikispaces.com>

<sup>26</sup> Como é o caso da DLR – *Desenvolvimento Local em Rede*, criada por um dos autores deste trabalho (Pedro Ferrão) e que reúne uma diversidade grande de entidades, agentes e actores do desenvolvimento local em Portugal.